



CADERNO	11. RECUPERAÇÃO
FICHA	11.4. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

O presente documento constitui uma Ficha que é parte integrante de um Caderno temático, de âmbito mais alargado, não podendo, por isso, ser interpretado separadamente.

1. INTRODUÇÃO

Esta Ficha propõe uma análise estratégica da área de intervenção da recuperação, feita ao momento presente e com base na informação recolhida e analisada nas Fichas anteriores. A análise realizada baseou-se na metodologia SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*. A utilização deste tipo de metodologia permitiu identificar os objectivos gerais e as linhas de orientação para a definição de uma estratégia de recuperação de áreas ardidas, tendo em consideração os principais factores internos que constituem os pontos fortes e os pontos fracos existentes actualmente, bem como as principais variáveis externas que poderão potenciar (oportunidades) ou condicionar (ameaças) a implementação eficaz de uma estratégia nesta área.

2. ANÁLISE ESTRATÉGICA

Pontos fortes

- É evidente um reconhecimento crescente da importância da recuperação como uma das soluções que poderá, a longo prazo, alterar os factores conjunturais que têm contribuído para o aumento da dimensão dos incêndios florestais.
- Existe já um conjunto de orientações estratégicas para a recuperação de áreas ardidas, definidas pelo Conselho Nacional de Reflorestação na sequência dos incêndios ocorridos em 2003.
- Existe conhecimento internacional e alguma experiência de implementação no terreno de acções de recuperação, que poderão ser aproveitados para o caso nacional.

- É visível o interesse no desenvolvimento de conhecimento científico específico para o caso nacional.
- Existe muito trabalho desenvolvido ao nível da cartografia de áreas ardidas, imprescindível na primeira fase de avaliação de danos.
- Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal encontram-se em fase final de elaboração, podendo servir de base para o reordenamento das áreas ardidas.
- Existem diversas entidades (públicas e privadas) com responsabilidade na DFCI com experiência de trabalho no terreno em acções de apoio logístico e humanitário.

Pontos fracos

- A política de Defesa da Floresta Contra Incêndios não tem dado destaque às actividades de recuperação. A recuperação não tem sido vista como um domínio de intervenção relevante, não sendo considerada como um conjunto estruturado de actividades, com escalas de intervenção temporais e objectivos diferenciados. Também a área de apoio logístico e humanitário não tem sido abordada de forma integrada numa estratégia nacional de actuação no pós-fogo, imediato, a curto e a longo prazos.
- Trata-se de uma área de intervenção com um nível de conhecimento técnico-científico muito baixo, do ponto de vista de aplicação ao País.
- A recuperação é uma área acerca da qual não existe actualmente formação, nem no âmbito dos cursos de formação de níveis médio e superior, nem em termos operacionais. Também não existe formação oficial em matérias de apoio logístico e humanitário.
- A ausência de intervenções de fundo com o objectivo de recuperar as áreas ardidas tem contribuído para o agravamento da situação dos espaços florestais. O não aproveitamento dos incêndios como possibilidade de alterar o ordenamento dos espaços cria ciclos negativos de repetição dos grandes incêndios.

- A ausência de uma entidade pública responsável pela coordenação das actividades de recuperação tem gerado uma significativa desorganização na abordagem destas acções.
- Inexistência de metodologias, devidamente desenvolvidas e testadas, para a avaliação de danos, à excepção da cartografia de áreas ardidas.
- Incapacidade de resposta pronta e eficaz ao nível do apoio às vítimas, já que o plano de resposta a emergências não contempla de forma eficiente este tipo de acções e as acções asseguradas pelo Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil revelam-se insuficientes, especialmente em incêndios de grande dimensões.
- Os investimentos, quer sejam de âmbito privado ou público, nas actividades de recuperação são inferiores aos efectuados em outras áreas de intervenção na Defesa da Floresta Contra Incêndios. As escassas iniciativas desta natureza levadas a cabo foram pontuais e desintegradas de qualquer espécie de orientação. Além disso, também não foram alvo de acompanhamento e análise, acabando por originar a repetição de erros do passado, na medida em que a maior parte delas consistiram em rearborizações com as essências que existiam antes do incêndio.
- Não existe um órgão de supervisão geral do apoio logístico e humanitário, que congregue, simultaneamente, os esforços do Estado e da sociedade civil, sendo ainda evidente a falta de complementaridade e de articulação entre entidades que prestam apoio logístico e humanitário.
- A legislação encontra-se dispersa e verifica-se o recurso a expedientes legislativos circunstanciais.
- Verifica-se elevada carga burocrática na gestão de processos administrativos, no âmbito do apoio logístico.
- A não activação ou activação tardia dos planos de emergência dificulta o apoio logístico e humanitário.
- Inexistência de uma base de dados única, que aglutine todas as dívidas e necessidades do sistema, permitindo, a cada momento, fazer-se um balanço.



Oportunidades

- Existem actualmente uma série de mecanismos estatais de apoios públicos especialmente vocacionados para o financiamento de actividades de recuperação.
- Dada a dimensão dos incêndios ocorridos nos últimos anos, o poder político está sensibilizado para o problema dos incêndios e para a complexidade das soluções a implementar.
- Existe predisposição por parte das pessoas para a alteração do uso actual dos espaços florestais. Verifica-se também uma tendência crescente para a valorização das práticas tradicionais de uso da terra.
- Grande disponibilidade da sociedade civil para aderir a campanhas de solidariedade.
- Existência de entidades governamentais e não governamentais com vasta experiência a nível nacional e internacional em matérias de apoio logístico e humanitário em diversos cenários de catástrofe.

Ameaças

- Existência de risco elevado de perda dos investimentos em actividades de recuperação face a probabilidades elevadas de ocorrência de novos incêndios.
- Ausência de definição de responsabilidades de actuação.
- Ausência de planos táticos que permitam operacionalizar de forma alinhada as grandes orientações dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal.
- Os problemas estruturais tradicionais da floresta, como são os caso da ausência de cadastro e da fragmentação das propriedades, podem por em causa a eficácia das acções de recuperação, uma vez que a sua resolução é complexa e demorada.
- Falta de estratégia global de apoio logístico e humanitário do Sistema de Protecção Civil, em geral, e da Defesa da Floresta Contra Incêndios, em particular.
- A não publicitação dos resultados das campanhas pode provocar a perda de confiança dos doadores.

3. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Objectivos para aproveitar as potencialidades (Pontos fortes X Oportunidades)

1. Criar uma estrutura permanente na dependência da Administração Pública, constituída por um corpo multidisciplinar de técnicos, que tenha como objectivos a definição das linhas mestras de actuação, a ligação com os especialistas das várias áreas de conhecimento e a coordenação e controlo das acções necessárias de implementar.
2. Compilar, de forma centralizada, o conhecimento e informação actualmente existentes sobre acções de recuperação, nacionais e internacionais. Essa compilação deve prever mecanismos de monitorização e análise.
3. Informar e sensibilizar a opinião pública para a necessidade e importância dos seus apoios e donativos para a Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Objectivos para lidar com os constrangimentos (Pontos fortes X Ameaças)

4. Definir uma estratégia nacional para o apoio logístico e humanitário na área da DFCEI, estabelecendo responsabilidades (primárias e secundárias), principais intervenientes e áreas de responsabilidade.
5. Publicitar os resultados das campanhas para manter a confiança e a integridade da relação com os doadores.



PLANO NACIONAL

Defesa da Floresta Contra Incêndios

Objectivos para lidar com as vulnerabilidades (Pontos fracos X Oportunidades)

6. Definir uma estratégia nacional de Recuperação, aproveitando como base o trabalho do Conselho Nacional de Reflorestação e as Orientações Estratégicas já definidas.
7. Promover a Investigação & Desenvolvimento nesta área, assegurando uma estreita relação com as áreas operacionais e bons mecanismos de transferência de conhecimento.
8. Uniformizar e reforçar as competências técnicas das diversas entidades promovendo a formação específica.
9. Agilizar o procedimento administrativo em situações de emergência para que o apoio às populações possa ser prestado de forma mais rápida e eficaz.
10. Uniformizar e reforçar as competências técnicas das diversas entidades, recorrendo à criação de uma doutrina nacional e à formação específica.
11. Criar uma base de dados nacional para a gestão do apoio logístico e humanitário, em geral, e da Defesa da Floresta Contra Incêndios, em particular.

Objectivos para fazer face aos problemas (Pontos fracos X Ameaças)

12. Credenciação e acreditação de entidades (públicas e privadas) com capacidade e autorização para promover campanhas de solidariedade.
13. Tipificar os donativos e estabelecer normas gerais e procedimentos de execução para a sua distribuição.